



## **POLÍTICA NÃO SE REDUZ A ELEIÇÕES: RECONHECER A FRAGILIDADE, NÃO ENTREGAR OS PONTOS E SE PREPARAR PARA O QUE VIRÁ**

**Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida\***

As questões apresentadas pelos organizadores deste dossiê não são de fácil resposta. E nem é o caso de se propor uma resposta individual. Trata-se aqui de um elenco de desafios que se colocam à prática política coletiva dos que se engajam na tentativa de destruir a ordem existente e construir um novo tipo de sociedade. Neste processo, a teoria tem um papel importantíssimo, embora não exclusivo, e, como sabemos, importantes movimentos no processo real abriam as portas para inflexões teóricas fundamentais. Basta mencionar, a este respeito, as retificações que Marx e Engels, com base nas revoluções de 1848 e, principalmente na Comuna de Paris, fizeram em suas reflexões teóricas. Neste sentido, o estilo demasiado taxativo deste texto deve-se mais à pressa em redigi-lo do que à justeza das considerações aqui apresentadas. No melhor dos casos, elas servirão de referência para debates muitos mais complexos e que estão longe de se encerrar.

Existe uma sequência inesquecível do documentário *Entreatos*, dirigido por João Salles, que pode ser bastante útil como referência inicial para analisarmos a proposta de governo do PT. Na preparação de um filme sobre a proposta de programa (perdão, propaganda) eleitoral do PT, o grande dirigente político (perdão, publicitário) Duda Mendonça, no alto do palco, pede a uma plateia de notáveis do partido que, assim que for dado o sinal, todos levantem a mão com os dedos indicador e anular em forma de L (de Lula). Algum desavisado pergunta: a mão esquerda ou a direita? A resposta, num tom de quem não tem muito tempo a perder, foi algo do tipo: “Não importa! Quem é de direita, levanta a direita. Quem for de esquerda, levanta a esquerda”.

Outro momento, que ainda não sei se virou filme, foi o domingo festivo da comemoração da primeira vitória de Lula numa eleição presidencial, em 27/10/2002. No meu caso, fui a Avenida Paulista, lotada de gente, choros e abraços. Era como se todos tivéssemos “chegado lá”. Agora haveria reforma agrária ampla e radical; ataque aos

---

\* Departamento de Política da PUC-SP; coordenador do NEILS (Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais; autor de *Ideologia nacional e nacionalismo*. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2014.

centros vitais do grande capital nacional e imperialista, o que passaria por moratória da dívida pública, reestatizações em larga escala, drástica redução na taxa de juros; incentivos ao pequeno e médio empresário; avanços imensos nos direitos sociais, como à saúde, educação, alimentação e moradia; e, sobretudo, aprofundamento da participação operária e popular na política, o que abriria caminho para amplas mudanças institucionais. E, claro, mais uma vez, o sonho acalentado desde a ditadura: a quebra do oligopólio dos meios de comunicação de massas. Obviamente, alguns até pensavam que o governo petista abriria as portas do socialismo, mas esta não era a impressão predominante entre as esquerdas anticapitalistas.

Longe de incongruente ou ziguezagueante, o governo Lula portou-se de modo relativamente tradicional no que compete à implementação de políticas estatais. Adotou medidas de austeridade, de modo a contemplar prioritariamente aos interesses da grande finança, atendeu às demandas do grande capital enraizado fundamentalmente na formação social brasileira, adotou medidas emergenciais de combate à pobreza extrema; não reprimiu diretamente os movimentos sociais, a começar pelo MST, mas cuidou se aproximar dos principais adversários destes, com especial destaque para o chamado agronegócio. A respeito dos últimos aspectos, foi altamente simbólica a nomeação de Miguel Rosseto para o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a escolha de Roberto Rodrigues para o Ministério da Agricultura. Ao mesmo tempo, no plano partidário, o governo fez aliança com todas as forças que se habilitaram, levando ao delírio os adeptos da tese do “presidencialismo de coalizão”.

De forma alguma se sugere que o governo foi errático, oscilando à esquerda ou à direita conforme a direção do vento. Foi um governo que logo mostrou sua cara, deixando claro que os aspectos fundamentais do capitalismo dependente brasileiro permaneceriam intocáveis. O festival de alianças começou a cheirar mal, deixando claro que, quando se trata de assuntos burgueses, a “ética na política” volta à sua condição de fetiche ideológico que orienta com extraordinária seletividade a classe média tradicional. Começou a diáspora.

Diversas personalidades mais combativas, algumas até porque descobriram que mesmo as propostas democráticas mais consistentes tomavam o caminho do engavetamento, se recolheram às atividades profissionais, em certos casos, articulando-as com uma militância mais discreta no próprio Partido dos Trabalhadores. Outros, individualmente ou não, abandonaram o PT e tiveram sucesso em fundar um novo partido, o PSOL. Mas aqui o risco de se tornar o que Maurice Duverger chamou de “partido de quadros” (de origem parlamentar) era grande, pois não mais estávamos no turbilhão de greves e outras manifestações operárias e populares que marcaram profundamente a formação social brasileira nos anos 80.

A situação se inverteu. Desde a vitória thatcheriana que o governo FHC impusera à greve dos petroleiros em 1995, o movimento operário estava em profundo refluxo. A CUT, antes combativa, tornou-se um fator de ordem entre os trabalhadores, além de fornecedora de quadros muito competentes para atuarem no governo, no parlamento e arredores, com alto desempenho em tarefas democrático-populares ou mesmo revolucionárias socialistas, como a reforma da previdência e o gerenciamento de fundos

de pensão. Com as próprias reformas neoliberais que ajudaram o governo a implantar, o sindicalismo caiu e novas oportunidades se abriram para o acolhimento de velhas e novas centrais sindicais conservadoras. Numa paródia do que a direita costuma chamar de república sindicalista, nunca antes na história deste país um governo teve tanto apoio de tão grandes centrais sindicais para defender o capitalismo. Em plena ditadura militar, São Paulo contou com um Dia do Trabalho que derrubou palanque oficial e pôs governador pra correr. Os governos petistas do início do século XXI contribuíram para engrossar as mais desmoralizantes comemorações do 1º de maio.

Como até as ilusões são socialmente determinadas, MST – com uma extraordinária folha de serviços às lutas populares, que articulou maravilhosamente, nas ações concretas e no estudo, a questão nacional ao internacionalismo – achava que o governo Lula estava em disputa por dois “projetos” (esta palavra é extraordinário repositório de armadilhas político-ideológicas): um burguês e um democrático popular. Evitou o moralismo de classe média, mas se confundiu na análise política concreta. Sim, havia uma intensa disputa de interesses, mas no universo das classes dominantes brasileiras, ou seja, uma disputa entre as frações burguesas no interior do bloco no poder. Aqui, a hegemonia era mantida pela fração rentista, mas ocorria forte reinserção para melhor da grande burguesia interna. Este movimento “pelo alto” e, “por baixo”, o apoio de grandes centrais sindicais consolidadas contribuíram para que se configurasse uma situação bastante original. O quadro se completaria com a contradança já observada por alguns autores críticos, entre segmentos da classe média (inclusive de sua camada tradicional), que abandonaram o petismo em direção à direita e amplos segmentos do proletariado (subproletariado incluso) que se deslocaram para o lulismo.

A situação ficou muito complicada. Estado burguês, democracia liberal restrita, mas dotada de grande legitimidade; governo dirigido por um partido de base operária e popular com grande histórico de combatividade, especialmente quando, em quase todo o mundo, partidos de esquerda e sindicatos estavam em forte declínio; Presidência da República exercida pelo principal líder deste partido, um ex-operário de origem nordestina (uma construção ideológica de grande eficácia política); vice-presidente burguês que se apresentava como o maior crítico da política de juros e defensor da atividade produtiva.

Não foi bem um governo pós-neoliberal, pois sequer a dívida pública foi mexida, mantiveram-se as privatizações e nenhuma mudança institucional foi realizada no sentido reduzir a presença da grande finança. Simplesmente chamá-lo de neodesenvolvimentista significa ater-se unicamente à política de Estado (em sentido bastante difuso), relacionando-a com situações bastante heterogêneas, passando-se da ditadura do Estado Novo (1937-45), atravessando o último governo Vargas e o quinquênio juscelinista, chegando até os anos de chumbo ou, no “melhor” dos casos, ao II PND, ambos durante a ditadura militar. No plano internacional, também ocorreram grande novidades, a começar por sérios questionamentos à tentativa estadunidense de constituir uma ordem imperial. Estes questionamentos estiveram (e, em grande parte, permanecem) presentes em importantes movimentos populares, alguns dos quais

embasaram a formação de governos de confronto muito mais intenso com o neoliberalismo.

Basta examinar o percurso da socialdemocracia, especialmente na Europa norte-ocidental, para lembrar que não foi a primeira vez que partidos políticos de origem operária (e popular) exercem o governo em grande defasagem frente à sua origem social e se vinculam mais diretamente a uma fração burguesa. Grosso modo, nos “trinta gloriosos” do pós-Segunda Guerra Mundial, à burguesia interna; nos tempos neoliberais, às frações rentistas. Este processo de mudança do PT se refletiu em sua estrutura interna: o partido se dividiu em territórios governados por notáveis; as instâncias de debate interno foram esvaziadas; grande número de quadros combativos que não se aburguesaram abandonou o partido; envolvendo-se ou não em grandes escândalos de corrupção explícita, amplos contingentes se aburguesaram; as próprias campanhas eleitorais se profissionalizaram, inclusive com trabalho eleitoral em condições degradantes; e, objetivamente, um número crescente de novos quadros ingressa no partido sem qualquer experiência de luta que não seja puramente eleitoralista.

O deslocamento de classe do PT não chegou a implantar qualquer socialdemocracia tropical, mas contribuiu, em um contexto de **expansão das relações sociais capitalistas** no interior da formação social brasileira, para a implementação, em uma conjuntura internacional favorável, de políticas sociais que tiraram, em termos populacionais, mais de uma Argentina da linha de pobreza; contribuíram para um enorme crescimento do proletariado (semiproletariado incluso) e da baixa classe média; produziram enorme legitimidade à dominação burguesa de classe no Brasil. Como estamos acostumados a contrapor liberalismo a desenvolvimentismo, sem precisar teoricamente este último termo, que, em geral tem uma forte carga valorativa, convém observar que a mais recente onda de transnacionalização do capitalismo, que adquiriu uma escala planetária, ocorreu em uma era marcada pelo neoliberalismo.

Este processo mostra sérios sinais de esgotamento. Um ciclo não tende a encerrar-se por simples desejo, mas porque, objetivamente, a correlação entre as classes e frações de classe mudou.

Desde o início de 2013, a contraofensiva da fração rentista da burguesia se intensificou, obrigando o governo Dilma a uma sucessão de capitulações, o que passou por elevação da taxa de juros, manutenção do câmbio sobrevalorizado e privatizações disfarçadas de concessões com participação do capital imperialista. E, quanto mais recua e tenta manter posições, recrudescer a ofensiva das frações financeirizadas mais ligadas ao imperialismo, o que faz estragos junto à burguesia interna. As medidas do governo com vistas a estimular o investimento nas atividades industriais, especialmente as de base, não têm grande correspondência junto ao empresariado, até porque, dada a permanência da financeirização, é deste lado que surgem os maiores atrativos.

Junto às classes populares, o próprio sucesso da política dos governos petistas, associado às dificuldades para manter taxas de crescimento razoáveis (cerca de 4% ao ano) contribuiu para uma grande instabilidade. Sem dúvida, o aumento do nível de emprego melhorou as condições materiais de vida; por outro lado, tornou ainda mais infernal a vida de grande parte dos recém-empregados, especialmente nos grandes

centros urbanos. Aqui ficaram claros os limites das políticas sociais dos governos petistas: só foi implementado o que encontrava correspondência positiva com os interesses do grande capital.

Qual o papel das esquerdas nas eleições de 2014?

Os governos petistas contribuíram extraordinariamente para a despolitização dos trabalhadores brasileiros, especialmente dos jovens. No que dependeu do partido e do governo, durante cerca de dez anos, política se reduziu a disputas eleitorais segundo o figurino burguês em tempos de extrema mercantilização.

Por sua vez, em linhas gerais, as esquerdas que se pretendem anticapitalistas falharam na tentativa de compreender o governo Lula. Sem qualquer pretensão de ser exaustivo, cito aqui seis posições que se destacaram a este respeito.

Duas delas já foram mencionadas. A primeira apostou no empenho do governo petista em abrir caminho para transformações que apontassem no rumo de uma ruptura socialista. Neste caso, as ilusões se perderem em pouco tempo. É muito provável que houvesse aí um forte, embora nem sempre explícito, eleitoralismo. Outra, como já vimos, equivocou-se na avaliação da disputa que atravessava o governo, engajando-se em “defender” o projeto democrático-popular que pretensamente estava sobre os ombros presidenciais de Lula da Silva e Dilma Rousseff diante das ameaças de assessores despreparados ou adversários. Um exemplo extremado desta posição política: combativo dirigente de movimento social afirmou que, durante os governos Lula, ocorreu grande concentração, centralização e desnacionalização do capital no campo, mas que o presidente nada tinha a ver com isso. Eis uma formulação frente à qual fica difícil alguém se definir sem personalizar processos sociopolíticos. Mais do que um exame objetivo da expansão do capitalismo no campo brasileiro, o que importava era manter o apoio aos governos petistas.

No campo mais crítico a estes governos, algumas posições também merecem um sério debate. Citemos inicialmente as de caráter mais catastrofista. Aqui, temos variantes que não necessariamente se excluem. Uma apostou o tempo todo na inviabilidade da política econômica dos governos Lula, acenando para a iminência de um colapso das contas públicas, o que não ocorreu. Um erro grave.

A segunda foi além e previu um processo de reprimarização e – mais ainda – de regressão (neo)colonial do país, o que, até o momento em que escrevo estas linhas, tampouco aconteceu. Gostando-se ou não disso, longe de se assemelhar ao antigo engenho de açúcar ou ao ciclo do ouro, a Vale e o agronegócio operaram em relações capitalistas de produção e promoveram grande desenvolvimento das forças produtivas no interior do Brasil. A outra face deste processo foi a matança de índios, a expulsão de populações ribeirinhas, a degradação ambiental, a corrupção política, a superexploração da força de trabalho, o êxodo rural e outras mazelas dos governos petistas que demoraram a adquirir visibilidade.



Uma terceira variante apostou na crítica moralista das políticas sociais do governo, especialmente o bolsa-família, o que muitas vezes a levou a fazer coro com o moralismo da classe média de direita.

Uma quarta variante, ao se ver isolada politicamente e diante do que considerou despolitização das classes populares, aderiu à tese do “fim da política”, menosprezando o caráter político da despolitização. Ressalte-se que a adoção dessas teses não implicou, mesmo no que se refere à quarta variante, abdicação do combate.

Mas todas, cada uma e em seu conjunto, contribuíram para que as esquerdas mais radicais se isolassem uma das outras e, quando estas afloraram, das lutas de massas. Foi o que ocorreu no plano sindical, com os fracassos anunciados de tentativas de criar uma central combativa e classista; na ausência de um jornal que congregasse todas (ou a maior parte das tendências) críticas em relação aos governos petistas; com o levante do povo do Pinheirinho, cujo alcance e profundidade exigiram uma atuação solidária de muitas tendências políticas; com a luta do pessoal do Assentamento Milton Santos, que, pelo simples fato de existir colocou a nu, mas quase ninguém viu, os rígidos limites desses governos às lutas autônomas dos dominados.

Não somente lutas havia como estas se politizaram. Operários fizeram greves “selvagens” em grandes obras hidrelétricas na Amazônia; professores universitários travaram uma grande greve nacional que só na aparência foi econômico-corporativa. E, enfim, a inesperada parceria do recém-eleito Fernando Haddad, do PT, com o governador tucano Geraldo Alckmin destravou a panela. Centenas e depois milhares de jovens acostumados à política meramente institucional fizeram política a ferro quente, enfrentando com entusiasmo, criatividade e ousadia as forças da ordem. Não somente aprenderam a fazer fazendo como evidenciaram o caráter reacionário da política do governo paulista. O mesmo ocorreria em vários outros estados brasileiros.

Para o bem ou para o mal, as coisas se complicaram.

Em primeiro lugar, ocorreu, em pouco tempo, uma extraordinária vitória político-ideológica, que levou, no lapso de poucos dias, à rotação de 180 graus nos meios de comunicação, para quem os vândalos se tornaram heróis; a presidenta Dilma Rousseff a afirmar que os manifestantes ajudaram mudar o Brasil para melhor e, menos de três semanas após o primeiro confronto, receber ativistas do MPL no Palácio do Planalto; a “voz das ruas” a virar música para os ouvidos políticos profissionais.

Manifestações dos mais diversos tipos eclodiram pelo Brasil e o centro de gravidade foi o Rio de Janeiro, onde populações de proletários e semiproletários deslegitimaram a política de pacificação (esta palavra tem uma conotação sombria na política brasileira) na qual se envolviam os governos municipal, estadual e federal (Forças Armadas inclusas).

Do ponto de vista das esquerdas, o grande problema, que já se manifestava nas manifestações mais pontuais mencionadas acima, foi a total falta de inserção nessas lutas que se estenderam de norte a sul. Não faltou quem as visse como o prelúdio de uma greve geral que rapidamente desencadearia uma crise revolucionária. Faltou ver o que, depois, pareceu óbvio: para além do discurso explícito, grande parte das manifestações reivindicava políticas estatais avançadas que concretizassem o direito ao

transporte coletivo de boa qualidade e barato (de preferência gratuito); à saúde; à habitação; aos bens culturais; ao ir e vir da juventude proletária e semiproletária sem por isso ser molestada como delinquente; pelo fim da polícia militar. Situação contraditória: as ongs desapareceram como que por encanto e praticamente ninguém reivindicou o controle do que quer que seja pelos trabalhadores. E, no entanto, o potencial transformador dessas reivindicações, especialmente do modo como se efeturaram, é inestimável. E elas contribuíram para revelar limitações profundas das forças aparentemente mais visíveis real ou potencialmente voltadas para a transformação social. Basta mencionar a caricatura de entrada em cena das centrais sindicais em uma ensolarada manhã paulistana. Sindicalistas falaram, saíram e até hoje não voltaram.

A direita ingressou nas manifestações, capturando ao seu modo significativos contingentes de jovens despolitizados, cujo único aprendizado fora o desprezo pela política e pelos partidos, estes e aquela associados à corrupção e outras atividades lesa-pátria. E, ponhamos o dedo na ferida: setores de classe média conservadora também foram às ruas. Especialmente em São Paulo, a maior parte das organizações de esquerda se deu mal e, desde então, o único movimento capaz de levar massas organizadas às ruas, ocupar os espaços públicos, é o dos sem-teto, que demonstra grande capacidade de mobilizar amplos contingentes dos que vivenciam de modo mais atroz as reivindicações populares manifestadas em junho.

Os governos petistas, até então reluzentes, saíram tremendamente desgastados por essas manifestações. Mas seria um equívoco ignorar que a direita avançou e, mais ainda, após as manifestações, manteve-se na ofensiva. Na falta de espaço e tempo para me referir ao óbvio, como a militância da grande imprensa em torno do chamado mensalão petista ou do colapso iminente da economia brasileira (o que ajuda a acelerar e aprofundar a crise econômica), restrinjo-me a observar que a pauta da direita, seguida à risca pelos grandes meios de comunicação, foi anunciada já em junho do ano passado. O Marco Feliciano manteve-se onde estava, mas a então desconhecida PEC 37 caiu na boca do povo e foi derrotada já em 25/06/2013; de lá pra cá, a incompetência e/ou corrupção na compra, pela Petrobrás, da refinaria de Pasadena, na Califórnia, tem sido mancheteada com muito maior sucesso do que a tentativa tucana de emplacar o “Petrobrax”. E se retomou, com tintas ainda mais fortes, a espetacularização do julgamento do chamado mensalão petista, enquanto o tucano (para os mais sofisticados, “mineiro”) virou assunto paroquial. Em suma, realizou-se meticulosamente a passagem de uma tática repressiva direta para uma operação de redirecionamento ideológico dos objetivos iniciais das manifestações de modo a veicular os interesses da fração rentista no interior do bloco no poder. O resultado, até agora, foi atingido, ao ponto em que as manifestações populares, que antes receberam amplo e entusiástico, apoio, hoje têm ibope negativo. E a repressão voltou em níveis ainda mais assustadores, até porque não encontra a mesma resistência coletiva.

Até o momento, a campanha eleitoral expressa e, ao mesmo tempo, oculta esta contraofensiva do capital rentista que, apoiada por crescentes segmentos da classe média, já produz impactos sobre as bases eleitorais mais sólidas do governo petista.

Desta forma, a menos que algo de novíssimo ocorra, o debate eleitoral é sério candidato ao de mais baixo nível da história do atual regime político brasileiro.

A primeira conclusão que se impõe é que as esquerdas voltadas para a transformação social desperdiçaram uma extraordinária oportunidade para se unirem eleitoralmente. Mesmo que isto não rendesse muito mais votos, possibilitaria uma inestimável experiência de unidade na luta, com denúncias políticas muito mais eficazes e preparação prática para o enfrentamento da crise que se anuncia.

Sabemos do caráter limitado das eleições, por mais importantes que sejam, em uma sociedade capitalista e não confundimos cena política com poder político. Como diria um grande “especialista” no assunto, ao escrever sobre o infantilismo de esquerda, desde que se tenha clareza e firmeza estratégica e se mantenha a autonomia política, o que começa pela mais completa liberdade de agitação, pode-se (na verdade, deve-se) tentar o máximo de acordos eleitorais. Eleições não são casamentos, menos ainda matrimônios indissolúveis. Cabe às organizações de esquerda que se pretendem revolucionárias examinar se a permanente recusa a se aliarem eleitoralmente não expressa uma supervalorização do que consideram eleições burguesas.

Uma vez derramado o leite, é preciso ainda maior clareza programática de como intervir no processo eleitoral. Neste pouco tempo que resta para as eleições, cabe examinar se as esquerdas desunidas, que não souberam negociar entre elas próprias, terão qualquer margem de manobra para negociar com a chapa liderada pelo PT para as eleições presidenciais.

As três candidaturas presidenciais são burguesas, embora não sejam idênticas. O PT se desloca persistentemente na direção da direita, mas não é o partido da direita no Brasil. Sou cético frente a tal negociação, mas não vejo porque isto é absolutamente impossível na miríade de situações concretas que se abre nessas eleições, especialmente para os cargos legislativos. O que, infelizmente, passa menos pela capacidade de negociação revelada pelos partidos da esquerda radical e mais pela clareza dos diversos movimentos e grupos de ativistas sociais para articularem eventuais “kits” pluripartidários de candidaturas que possam ser úteis para o avanço de suas lutas.

Apesar de gasta, esta é a palavra-chave: luta. Luta autônoma, criativa, voltada fundamentalmente para o avanço político-organizativo dos dominados e dominadas, o que exclui, em princípio, a escolha de representantes que “batalharão” por eles sem a participação decisiva deles.

A candidatura situacionista fará crescente apelo para o mal menor. Cabe às esquerdas tentar convencer o máximo de trabalhadores e trabalhadoras de que o mal menor ou maior se remete diretamente às suas condições de luta por direitos dentro e contra o capitalismo cuja crise tenderá, uma vez mais, a ser jogada contra eles e elas sem que o atual governo, caso reeleito, adote qualquer política voltada para reformas profundas que atendam aos interesses operários, populares e nacionais. Mas, se as esquerdas não se unificaram eleitoralmente e não forneceram nem com isso referência crítica para se superar o discurso do mal menor, devem se abster de qualquer intolerância frente aos trabalhadores e trabalhadoras que o levarem a sério. Um acompanhamento crítico solidário e paciente talvez seja, no geral, a atitude política mais



acertada diante desta questão. Neste sentido, é fundamental se preparar e contribuir para que o maior número possível de pessoas do povo se prepare para o período pós-eleitoral, quando a política estará muito mais próxima da realidade vivida.

Como construir uma política de esquerda socialmente enraizada e comprometida com a transformação da sociedade brasileira?

Historicamente, a esquerda radical brasileira não produziu grandes militantes teóricos, exceto quando, por um ou outro motivo, estavam afastados de suas organizações. Basta mencionar os casos de Prestes, que nunca escreveu uma obra teórica, de Caio Prado e Nelson Werneck Sodré que eram marginais em rela o ao Partido Comunista, ou Jacob Gorender, que escreveu sua principal obra na prisão, quando sequer se poderia falar seriamente que pertencia a uma organiza o efetiva.

A situa o mudou. Hoje a produ o marxista brasileira   extremamente sofisticada e dialoga de igual para igual com que se produz de melhor em escala planetária. O problema   que ela se realiza, na maior parte, por intelectuais acad micos em regime de altíssima competitividade no meio universitário, o que suga boa parte das energias criativas. E, um país marcado por forte segrega o social, a inser o objetiva da imensa maioria desses intelectuais   muito diferente da vivida pelos proletários e semiproletários. Conheço raríssimos intelectuais acad micos que usam transporte coletivo no Brasil.

  claro que grande parte dos intelectuais marxistas procura confrontar esta realidade objetiva, mas, mesmo sem grandes romantiza es, observa-se a tendência de que a via principal  , como se demonstrou nas manifesta es citadas aqui, a que vem dos (semi)proletários e proletárias. A chamada periferia ferve e merece toda a aten o das esquerdas radicais.

Por outro lado, a atua o crítica pode ser valiosa no debate sobre as perspectivas de luta nesta conjuntura em que os representantes políticos da ordem burguesas apresentam propostas salvadoras pois, como repetia o célebre personagem de Lampedusa, para que nada mude, algo   preciso mudar. A oposi o aposta no ficha limpa, no voto distrital e no parlamentarismo, que garantem a “ tica na política”, a “maior aproxima o entre o representante e o representado” e evitam o “populismo” irresponsável. Por outro lado, morre de medo da proposta de Constituinte exclusiva apresentada pela presidenta Dilma durante as manifesta es de junho com vistas   realiza o de uma reforma política. O pânico da oposi o deveu-se principalmente ao temor de que a presidenta se fortalecesse com a aprova o nas urnas.

Talvez este seja um caso em que as esquerdas radicais possam ingressar na luta política com todo o seu espírito crítico. A meu ver, cabe ponderar que uma Constituinte exclusiva pode dar sobrevida aos governos petistas na medida em que as forças operárias e populares disporão de poucas possibilidades de eleger uma significativa representa o. Além disso, o mais provável   que a grande burguesia interna exija, em nome da “governabilidade”, entendimentos não apenas com partidos abertamente fisiológicos, como, inclusive com a oposi o mais orgânica. Nem em rela o a este nem a

qualquer outro aspecto político, cabe uma política reboquista em relação à grande burguesia interna.

Historicamente, constituintes foram importantes para as forças populares quando estas tiveram forte capacidade de intervenção na política, mormente no bojo de revoluções. Basta examinarmos, a este respeito, as constituintes que se seguiram às revoluções francesas dos séculos XVIII e XIX ou, próximas de nós no tempo e no espaço, por mais críticas que façamos a elas, as constituintes realizadas na Bolívia, Equador e Venezuela.

Na atual conjuntura, como sinalizaram as manifestações de junho, as reivindicações tópicas, desde que bem focalizadas, podem aglutinar uma série de pontos importantes para mudanças que, embora limitadas, articulam avanços significativos para a continuidade ampliação das lutas que efetivamente se travarem.

Enfim, o recrudescimento do trabalho escravo e semiescravo em praticamente todas as cadeias produtivas capitalistas, assim como a ofensiva imperialista, mostram como o neoliberalismo recoloca as questões nacional e democrática. Daí, longe de ignorá-las, a necessidade de descobrir como atualizar suas relações com a luta pelo socialismo.